ISSN: 2358-8829

EXPERIÊNCIA DE MEDIADORES DE SALA COMO SUPORTE PEDAGÓGICO NA GARANTIA DA RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM E EQUIDADE NO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO-PB.

Bruna Samara dos Santos Nunes [1]

INTRODUÇÃO

A garantia do direito à aprendizagem constitui um compromisso central da educação pública e exige ações pedagógicas capazes de reconhecer os diferentes percursos, ritmos e necessidades dos estudantes da rede básica de ensino. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as aprendizagens relacionadas à alfabetização, à leitura, à escrita e ao raciocínio lógico-matemático assumem papel estruturante, pois sustentam a participação dos alunos nas demais áreas do conhecimento e a continuidade de suas trajetórias escolares.

As defasagens de aprendizagem não se manifestam de maneira homogênea. Em uma mesma turma, podem coexistir estudantes que leem e compreendem pequenos textos, crianças que reconhecem palavras com autonomia parcial e outras que ainda necessitam consolidar relações entre sons e letras, ampliar o repertório de escrita ou desenvolver noções matemáticas fundamentais. Essa diversidade demanda planejamento intencional, acompanhamento contínuo e intervenções que não reduzam as dificuldades a características individuais dos alunos, mas considerem também as oportunidades de ensino oferecidas.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto nº 11.556/2023 e posteriormente disciplinado pela Lei nº 15.247/2025, reforça a responsabilidade compartilhada entre os entes federativos para garantir a alfabetização e apoiar a recomposição das aprendizagens nos anos iniciais. Entre seus princípios estão a promoção da equidade educacional, a colaboração e a valorização dos profissionais da educação (BRASIL, 2023; BRASIL, 2025).

No município de Sertãozinho, Paraíba, a análise dos resultados das avaliações educacionais e dos registros pedagógicos evidenciou a necessidade de fortalecer ações dirigidas aos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Nesse cenário, a organização do trabalho dos Mediadores de Aprendizagem foi assumida como estratégia de suporte pedagógico, com o propósito de ampliar as oportunidades de acompanhamento, apoiar intervenções planejadas e favorecer a participação dos estudantes no processo de aprendizagem.

[1] Professora e Coordenadora Pedagógica da Educação Básica, brunasdsnunes@email.com;

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar essa experiência, destacando as formas de organização do trabalho dos mediadores, sua articulação com professores e equipe pedagógica e suas contribuições potenciais para a recomposição das aprendizagens e a equidade educacional.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A experiência caracteriza-se como relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvido no âmbito da rede municipal de ensino de Sertãozinho-PB, com estudantes matriculados do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O foco da análise foi a organização do trabalho dos Mediadores de Aprendizagem como suporte às ações de recomposição, considerando registros pedagógicos, resultados de avaliações internas e externas.

O ponto de partida foi a leitura dos resultados das avaliações educacionais relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, associada às observações dos professores e aos registros de aprendizagem. As informações foram utilizadas para reconhecer habilidades que exigiam maior atenção e organizar intervenções compatíveis com as necessidades identificadas.

A experiência envolveu as seguintes etapas: (a) diagnóstico das dificuldades de aprendizagem; (b) definição de prioridades e objetivos de intervenção; (c) acompanhamento individualizado ou em pequenos grupos, conforme a organização da escola; (d) desenvolvimento de atividades de leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático; (e) registro dos avanços e das dificuldades persistentes; (f) planejamento colaborativo entre professores, mediadores, coordenadores pedagógicos e equipe técnica; (g) encaminhamentos à equipe multidisciplinar quando as necessidades observadas indicavam a pertinência de avaliação ou apoio complementar; e (h) monitoramento contínuo para reorientar as ações.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Base Nacional Comum Curricular compreende a alfabetização como processo essencial nos primeiros anos do Ensino Fundamental e orienta o desenvolvimento de competências e habilidades que permitem aos estudantes participar de práticas sociais de leitura, escrita e resolução de problemas (BRASIL, 2018). Essa perspectiva implica reconhecer que aprender não se resume à reprodução de exercícios: envolve atribuir sentido à linguagem, mobilizar conhecimentos prévios, formular hipóteses, interagir e utilizar diferentes estratégias para resolver situações.

A recomposição das aprendizagens pode ser entendida como um conjunto articulado de ações que identifica conhecimentos ainda não consolidados e reorganiza as oportunidades de ensino para que os estudantes avancem. Não se trata apenas de repetir conteúdos ou acelerar o currículo, mas de priorizar habilidades essenciais, que ainda não foram consolidadas, estabelecer objetivos alcançáveis, diversificar estratégias didáticas e

acompanhar os avanços por meio de evidências. A avaliação, nessa perspectiva, tem função diagnóstica e formativa: informa o planejamento e permite rever intervenções sempre que necessário.

O CNCA associa a garantia da alfabetização ao enfrentamento das desigualdades de aprendizagem e prevê articulação entre avaliações, gestão pedagógica, formação profissional e práticas de ensino. O marco normativo também destaca a recomposição da leitura e da escrita para estudantes dos anos iniciais que ainda não alcançaram os padrões esperados (BRASIL, 2023; BRASIL, 2025). Assim, os resultados avaliativos devem ser interpretados como instrumentos para a tomada de decisão, e não como rótulos permanentes sobre os alunos ou as escolas.

Uma Plataforma riquíssima que agrega e direciona o trabalho da equipe técninca, coordenadores e gestores escolares. A mediação pedagógica, por sua vez, ganha sentido quando amplia o acesso às atividades, oferece apoio ajustado às necessidades identificadas e mantém vínculo com os objetivos curriculares da turma. O mediador de aprendizagem não substitui o professor nem atua de forma isolada: integra uma ação coletiva, na qual o planejamento, a observação e a avaliação são compartilhados. Essa articulação é indispensável para evitar atividades paralelas desconectadas do currículo e assegurar que o acompanhamento individualizado contribua para a participação do estudante no trabalho pedagógico comum e garanta assim uma educação com equidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização do trabalho dos Mediadores de Aprendizagem ampliou as possibilidades de observar as dificuldades dos estudantes e planejar intervenções mais focalizadas. Ao se estabelecer uma rotina de acompanhamento, tornou-se possível identificar necessidades específicas, retomar habilidades essenciais e oferecer devolutivas pedagógicas mais próximas do percurso de cada criança. A atuação foi mais consistente quando as tarefas do mediador estiveram alinhadas ao planejamento do professor e aos objetivos definidos coletivamente.

Um primeiro aspecto observado foi a valorização do diagnóstico pedagógico. Os resultados avaliativos e as observações cotidianas permitiram deslocar o foco de uma percepção genérica de dificuldade para a identificação de habilidades que precisavam ser retomadas. Essa leitura favorece decisões mais precisas: um estudante pode necessitar de apoio na decodificação, outro na compreensão leitora e outro na produção de escrita; de modo semelhante, dificuldades matemáticas podem estar relacionadas à contagem, ao valor posicional ou à interpretação de problemas. Intervenções diferenciadas tendem a ser mais pertinentes quando respondem a essas distinções.

Outro resultado relevante foi a possibilidade de ampliar a participação dos estudantes nas atividades. O acompanhamento mais próximo permite orientar a tarefa, formular perguntas, oferecer materiais concretos e graduar o nível de apoio sem retirar do aluno a oportunidade de pensar e tentar resolver os desafios. A mediação deve

promover autonomia progressiva: o apoio é intensificado quando necessário e reduzido à medida que o estudante demonstra maior domínio da habilidade.

A experiência também reforçou a importância do trabalho colaborativo. O mediador, o professor regente, a coordenação pedagógica e a equipe técnica precisam compartilhar informações sobre os objetivos, as estratégias utilizadas e os avanços observados. Os registros tornam-se mais úteis quando não se limitam a assinalar acertos e erros, mas descrevem o que o estudante já realiza autonomamente, quais apoios ainda necessita e qual será o próximo passo pedagógico. Quando necessário, a articulação com a equipe multidisciplinar pode ampliar a compreensão das necessidades do aluno, sem substituir a responsabilidade pedagógica da escola.

No que se refere aos indicadores do CNCA em 2026, os dados de acompanhamento informados para o Ciclo 2 evidenciam diferenças entre os anos escolares, o que reforça a necessidade de intervenções específicas. A tabela a seguir apresenta o quantitativo de estudantes informado e os percentuais registrados para o Ciclo 2. O indicador identificado como C1 é mantido conforme o registro disponibilizado pela rede; sua natureza precisa ser explicitada na versão final do trabalho caso o regulamento do congresso exija a descrição técnica de cada variável.

Ano escolar	**Estudantes informados**	**C1 (registro informado)**	**C2 (%)**
1º ano	69	42	57%
2º ano	69	55	83%
3º ano	81	34	31%
4º ano	87	65	63%
5º ano	92	33	39%

Tabela 1 – Registros informados para o acompanhamento do CNCA, 2026. Fonte: registros pedagógicos da rede municipal de Sertãozinho-PB.

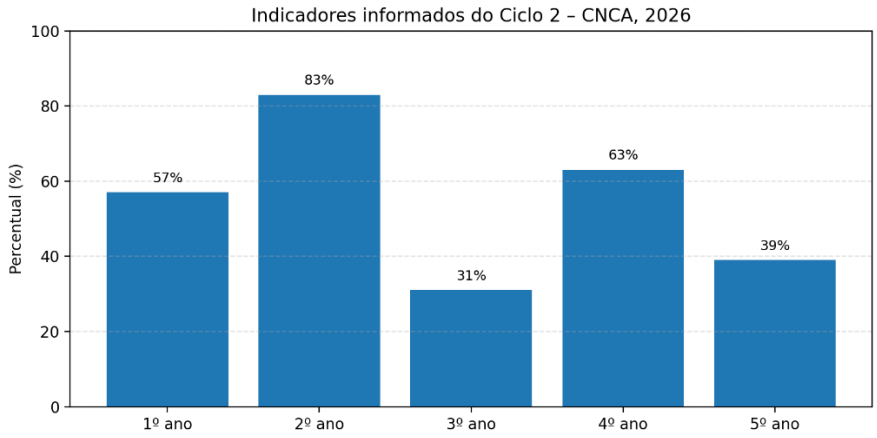

Gráfico 1 – Percentuais do Ciclo 2 informados por ano escolar. Fonte: registros pedagógicos da rede municipal de Sertãozinho-PB.

A leitura desses dados exige cautela: os percentuais não devem ser interpretados isoladamente nem como medida completa da aprendizagem. Eles precisam ser relacionados às habilidades avaliadas, aos critérios de cada ciclo e aos registros produzidos nas escolas. As diferenças entre os anos escolares sugerem que uma estratégia uniforme não atenderia igualmente a todas as turmas. O acompanhamento deve considerar o ponto de partida, o percurso individual e as oportunidades de aprendizagem oferecidas.

No momento do registro desta experiência, o Ciclo 3 ainda dependia da continuidade das intervenções e do monitoramento até o término do ano letivo. Portanto, a expectativa de crescimento dos resultados constitui uma projeção pedagógica, não um resultado confirmado. A análise futura deverá verificar se os estudantes avançaram nas habilidades priorizadas, quais estratégias foram mais pertinentes e quais grupos continuarão necessitando de apoio. Recomenda-se comparar resultados entre ciclos somente quando os instrumentos, as escalas e as condições de aplicação permitirem uma interpretação válida.

A equidade educacional, nesse contexto, não significa oferecer exatamente a mesma atividade e o mesmo tempo de apoio a todos, mas assegurar condições para que cada estudante tenha oportunidades reais de aprender. A mediação pode contribuir para esse objetivo ao direcionar atenção pedagógica a quem apresenta maiores necessidades, desde que não produza segregação, estigmatização ou expectativas reduzidas. A intervenção deve manter o estudante vinculado às experiências da turma e favorecer sua autonomia e pertencimento.

Entre os desafios para a continuidade da ação, destacam-se a necessidade de formação permanente dos mediadores, a organização de horários para planejamento conjunto, a qualidade dos registros e a garantia de materiais adequados. Também é importante estabelecer indicadores claros de acompanhamento, como a habilidade trabalhada, o nível de apoio necessário, a frequência das intervenções e as evidências de avanço. Esses procedimentos fortalecem a tomada de decisão e permitem avaliar criticamente a própria estratégia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato evidencia a relevância dos Mediadores de Aprendizagem como suporte pedagógico na recomposição das aprendizagens dos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em Sertãozinho-PB. A experiência destaca que o acompanhamento individualizado, as intervenções sistemáticas e a articulação entre profissionais podem ampliar as oportunidades de aprendizagem, apoiar a identificação de dificuldades e fortalecer a participação dos estudantes nas atividades escolares.

Os dados de acompanhamento do CNCA em 2026 apontam a importância de manter o monitoramento por ano escolar e de orientar as ações a partir das habilidades que ainda precisam ser consolidadas. Como o Ciclo 3 ainda depende de intervenções futuras, não se pode afirmar antecipadamente que as projeções serão alcançadas. A

avaliação dos resultados deverá considerar os registros finais, a evolução das habilidades e as condições concretas de implementação.

Conclui-se que a mediação pedagógica apresenta maior potencial quando integra uma política de rede, com objetivos definidos, planejamento colaborativo, formação dos profissionais e avaliação formativa. O mediador não substitui o professor; sua atuação fortalece o trabalho pedagógico coletivo e contribui para que as diferenças nos percursos de aprendizagem sejam enfrentadas com estratégias intencionais. Recomenda-se dar continuidade à experiência, se tornando uma política pública na rede, para sistematizar os registros e aprofundar a análise dos resultados ao final do ano letivo, já planejando as ações do próximo ano, percebendo as dificuldades dos alunos e onde podemos intervir para que a aprendizagem seja garantida, reafirmando o compromisso com o direito de aprender e com a equidade educacional.

Palavras-chave: Recomposição das aprendizagens. Mediação pedagógica. Alfabetização. Equidade educacional. Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 29 out. 2026.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. **Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 13 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11556.htm. Acesso em: 29 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025**. Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 3 nov. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15247.htm. Acesso em: 29 out. 2026.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação da alfabetização**. Brasília, DF: INEP. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao. Acesso em: 29 out. 2026.